

CONV 350/02

WG II 14

NOTA

de :	Secretariado
para:	Grupo de Trabalho II
Assunto:	Nota de síntese da reunião de sexta-feira, 4 de Outubro de 2002, sob a presidência do Comissário António VITORINO

A quinta reunião do Grupo de Trabalho II (Carta/CEDH) teve lugar em 4 de Outubro de 2002, entre as 14h30 e as 17h30, sob a presidência do Comissário António Vitorino.

1. Vias de recurso eficazes e acesso de particulares ao Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias.

O Presidente relembrou ao grupo o documento de trabalho n.º 21 que, com base em diversas propostas apresentadas por membros do grupo e por outros Convencionais, dá uma ideia geral sobre a questão das vias de recurso e o acesso de particulares ao Tribunal de Justiça, no contexto do direito fundamental à tutela jurisdicional efectiva. O Presidente sublinhou que esta questão, embora indubitavelmente ligada ao tema geral dos direitos fundamentais, se coloca de modo independente tanto da questão de uma eventual integração da Carta nos Tratados, como da questão de uma adesão da União à CEDH.

Em primeiro lugar, o Grupo ouviu uma apresentação de Jacob Söderman, Mediador Europeu, Observador da Convenção, que incidiu sobre as suas propostas de artigos relativos às vias de recurso (jurisdicionais e outras) no tratado constitucional (ver doc. CONV 221/02 CONTRIB 76). Jacob Söderman sugeriu, nomeadamente, que nesse tratado se consagrasse a obrigação por parte dos Estados-Membros – nos termos da interpretação já dada pelo Tribunal de Justiça ao artigo 10.º do TCE – de assegurarem uma protecção efectiva pelos tribunais nacionais dos direitos garantidos pelo direito da União. Além disso, Jacob Söderman propôs que o Mediador esteja habilitado a levar perante o Tribunal de Justiça casos relacionados com os direitos fundamentais e que seja criada uma base jurídica tendo em vista a harmonização dos princípios europeus comuns de direito administrativo.

Os debates do grupo orientaram-se em torno das três opções indicadas no documento de trabalho n.º 21 do Presidente.

A grande maioria dos intervenientes manifestou a sua oposição à criação de um novo procedimento judiciário específico para a protecção dos direitos fundamentais (tal como a "*Verfassungsbeschwerde*" ou o "*recurso de amparo*", opção "A" do documento de trabalho n.º 21). Foi sublinhado que, caso a Carta venha a ser incorporada no tratado constitucional, as vias de recurso actualmente existentes no sistema da União, através do quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE e do artigo 234.º do TCE, seriam acessíveis aos cidadãos também no que se refere aos direitos decorrentes da Carta, o que, em si, teria grande valor em termos de protecção dos direitos fundamentais.

Certos membros referiram que haveria lacunas de protecção judicial resultantes, nomeadamente, da condição formulada no actual quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE, segundo a qual o acto contestado deve dizer respeito ao requerente não apenas directamente mas também individualmente. Por conseguinte, esses membros propuseram uma reformulação limitada no quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE, destinada a preencher tais lacunas (opção "B" do documento de trabalho n.º 21). Além disso, foram criticadas as limitações de competência do Tribunal de Justiça existentes no actual "Terceiro Pilar", bem como a ausência de protecção contra os actos dos órgãos da União, tais como a Europol.

Por outro lado, vários intervenientes, sem pretenderem negar a existência de certas lacunas pontuais, exprimiram a sua satisfação geral com o funcionamento do actual sistema de recursos e opuseram-se a qualquer alteração profunda deste sistema e, nomeadamente à "repartição de

trabalho" entre o juiz nacional e o comunitário, dela decorrente. Foi nomeadamente referido que uma tal alteração profunda poderia acarretar uma sobrecarga considerável para o Tribunal de Justiça, que poderia prolongar os prazos previstos para os processos e, por conseguinte, ser prejudicial à protecção eficaz dos cidadãos. Certos intervenientes mostraram-se interessados, no espírito do princípio da subsidiariedade, na possibilidade de introduzir no Tratado a obrigação de os Estados-Membros fornecerem vias de recurso eficazes a nível nacional relativas aos direitos garantidos pelo direito da União (opção "C" do documento n.º 21).

Para concluir, o Presidente considerou que a questão de uma reforma do quarto parágrafo do artigo 230.º do TCE e das suas implicações institucionais deverá ser analisada em simultâneo com a de outros aspectos, como as limitações de competência do Tribunal em questões relacionadas com o domínio da justiça e dos assuntos internos ou com o controlo jurisdicional da subsidiariedade. Segundo o Presidente, o Grupo deverá, por conseguinte, abster-se de fazer recomendações concretas, devendo, em vez disso, assinalar esta questão, bem como as diversas contribuições apresentadas pelos Convencionais sobre o assunto, à Convenção para que esta a analise num contexto adequado.
